

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.777 - PR (2019/0261214-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648  
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - PR030916  
**AGRAVADO** : G10 - TRANSPORTES LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCOS ROGÉRIO SCIOLI - SP242838  
FERNANDA MENEGOTTO SIRONI - PR040396

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste fundamento: incidência da Súmula 83/STJ.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do referido óbice.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente para 18% sobre o valor da condenação.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

